RESERVADO

TL6360

Caríssima AMIGA
Dra. Luisa Teotónio Pereira

Antes que tudo, as mais calorosas saudações dos quadros superiores e de todos os escalões assim como o grande apreço e carinho de todos os guerrilheiros e, da minha parte, um abraço amigo para si e para o Sr. António Pinto Pereira, extensivos a todos os elementos da CDPM.

Foi com indescritivel alegria que recebi a sua carta de 25 de Março do corrente, em 17 de Julho, pelo caminho de mais uma verificação de rotina aos agrupamentos guerrilheiros. Todo o cansaço físico, todas as preocupações que trazia, cada vez maiores e que me sobrecarregavam na própria marcha, volatizaram-se como por encanto ao saber quem me escrevera, assim como ao reparar na outra carta, assinada também pelo Sr. António Pinto Pereira, endereçada aos "caríssimos amigos".

Eu sei que compreendeis os nossos sentimentos, tão difícil se torna descrevê-los, pelo facto de estarmos sob um bloqueio de 15 anos dificultando enormemente esta luta, uma luta que nos une, uma luta que é mais nossa que vossa, mas que é vossa também tanto quanto nossa. A solidariedade realiza-se e é enobrecida pela própria acção que não é mais que a afirmação de princípios morais, éticos e políticos. Temos vindo a beber, na secura das nossas planícies, o vosso suor, acompanha-nos, quando trepamos as íngremes montanhas da nossa Pátria, a vossa dedicação e temos vindo também, nos momentos mais deprimentes, a alimentar-nos do vosso carinho e da vossa realização. Somos amigos - assim nos tratamos -, mas mais do que isso, somos combatentes da mesma trincheira... e isto é TUDO, TUDO quanto nós aqui, nas montanhas de Timor-Leste, poderiamos desejar.

Soube, pelo vosso boletim "Timor-Leste", que recebestes a casa (feia, diga-se a verdade); temos mais e de modelos mais graciosos mas não podemos mandar e compreendereis as enormes dificuldades por que passamos actualmente. Transmitirei ao guerrilheiro Maleny Okar os vossos sentimentos. Ele foi, há tempos, gravemente atingido num combate mas já está recuperado, segundo as informações que me chegaram.

Agradeço, em primeiro lugar, a gentileza de nos fornecer, com objectividade, um adequado conhecimento sobre os fundamentos da CDPM desde a sua criação ao seu crescimento e, naturalmente, a sua valiosíssima ACÇÃO. Embora desde a primeira hora, pràticamente em fins de '86, lhe entendessemos os motivos de luta pela sua própria designação, nada mais sabiamos para além das suas iniciativas. Os documentos elaborados nos Colóquios que a CDPM e a PAZ É POSSÍVEL promoveram, foram para nós de grande importância, tendo-nos servido de instrumento de análise da problemática de Timor-Leste em Portugal. O boletim "Timor-Leste" que, por consequência das dificuldades ineren

tes à resistência, não nos é possível receber com a regularidade desejável tanto no que diz respeito ao tempo como na sequência das publicações, tem-nos ajudado imensamente a encarar sob uma óptica crítica as actuações do governo português e permitindo-nos, ainda, a olhar mais para trás.

Vou passar a abordar o assunto básico da sua carta e vou começar também por agradecer e de todo o coração, a atenção e a preocupação em enviar-me uma análise tão suscinta sobre a outra faceta da luta: o papel de Portugal na sua relação com Timor-Leste. (Compreenderá esta minha imensa satisfação ao saber agora que, imprepa rado como estava e continuo a estar, tive que, em momentos mais difíceis do destino da minha Pátria, assumir a responsabilidade de prosseguir a libertação do meu Povo. Como membro do CCF nos primeiros três anos, era um quadro exclusivamente lançado a organizar as populações, cumprindo as resoluções superiormente tomadas. Só o desejo de liberdade e a constatação das aspirações mais profundas do Povo Maubere foram a motivação política para eu encarar as minhas próprias deficiências. Não só não estava inteiramente a par de todo o processo desde o 25 de Abril - não me interessava a política, razão porque ingressei muito tarde na FRETILIN - como, durante as bases de apoio nas montanhas, eu era, na verdade, um simples executor, colocado, ainda para mais, nas zonas mais afastadas do Comando Superior da Luta. Em toda esta guerra, nunca me foi possível adquirir, com objectividade, um conhecimento mais ou menos aceitável sobre o papel de Portugal e a sua actuação, desde o 25 de Abril).

Só ùltimamente e isto reporta-se a fins de '87, é que com a recepção dos documentos da CDPM e A Paz É Possível, nos temos permitido a olhar para o problema sob outro pano de fundo. Entenda-se pano de fundo como uma percepção mais clara da questão de Timor-Leste no contexto geográfico e político de Portugal. Anteriormente, nós nem sequer sabíamos do mandato constitucional; tudo o que ouviamos referente a Portugal, na matéria, eram os discursos proferidos na ONU que as emissoras noticiavam.

Devo lembrar que, em Abril de '86, no encontro que tive com D. X.Belo, este falou-me inclusivamente da posição do então 1o. ministro, Dr. Mário Soares... e não era encorajadora, antes favorecia o derrotismo. Até à altura, apesar da resolução 37/30 que eu não entendia muito bem, eu estava a procurar uma melhor via de dirigir a Luta, muito embora concordasse teòricamente que Portugal deveria ser chamado a uma participação plena neste processo, pelo alcance jurídico que a sua qualidade adquire face ao problema. Eu não estava mìnimamente esperançado de que pudesse acontecer uma mudança na sua atitude, já por demais comprovada, mòrmente no não-aproveitamento das condições que oferecemos aquando das conversações de '83. Modifiquei a minha opinião, quando comecei a receber os documentos da CDPM e A Paz É Possível, relatando os colóquios em tempo aí realizados. Pensei então que, face aos resultados alcançados, se devia

ou se podia dar tempo ao tempo, cabendo-nos saber enfrentar nós próprios as dificuldades no terreno.

Temos vindo, nos últimos tempos e afortunadamente, a retirar do boletim "timor-Leste", além de um ou outro artigo mais ou menos crítico com relação à actuação do governo português, umas ideias que, fragmentárias e superficiais como não podiam deixar de ser, nos serviram de grande suporte na medida em que nos fornecia uma apreciação menos ilusória no tocante, pelo menos, à capacidade de Portugal, para não falar já das suas intenções.

É com tristeza que informo que os que tinham e têem o dever de nos capacitar na compreensão de todo este assunto, nunca o fizeram - só recentemente, pelo rebolico que o projecto do RER provocou no seio deles, é que se indignaram para se dignarem a fazer chover recriminações sobre o RER, obrigando-nos entre combates a anulá-lo para depois, com total espanto nosso, recebermos documentos aprovando o RER nos seus fundamentos políticos ... e não se esqueceram de classificar as nossas declarações com relação a Portugal de "laudatório perene"...

É, neste triste isolamento, que a sua carta, minha Caríssima AMIGA, tem um valor inestimável, não só pelo seu conteúdo como pela revelação do carácter de quem a escreveu: notável despreendimento do espírito, grande hombridade moral e firme dedicação a uma causa. Como guerrilheiros, suportando as mais penosas privações de que haja menção na história recente de guerras de guerrilha, cala no mais profundo do nosso ser EXEMPLO TÃO NOBRE e TÃO SUBLIME que a Solidariedade pôde construir.

1. Nós temos vindo a tentar encorajar Portugal, com vista a influenciá-lo a ter sempre presente que qualquer solução não pode pôr em causa os interesses do Povo Maubere e, sobretudo, com vista a forçá-lo a não alijar as suas responsabilidades.

2. Em Março de '88, captei ocasionalmente uma emissão da RDP Internacional, em que se dizia que se iria discutir na AR a vinda de uma DPP. Porque as condições de audição não favoreciam entender razoàvelmente a questão e porque fui surpreendido pela notícia, achei que devia antecipar-me, por falta de comunicação com a DFSE pela aprensão do emissor-receptor em Darwin, a quaisquer acontecimentos que viessem a surgir. Enviei mensagens de "saudação" à DPP às organizações clandestinas, em diversos pontos do território, no intuito de serem entregues à mesma, caso chegasse imprevistamente. Nada mais ouviamos e a organização cladestina, possìvelmente já cansada de esperar, enviou o dito documento à DFSE que, por sua vez, fez chegar ao MNE, segundo os jornais.

Passou-se o ano de '88 e, em Março de '89, enviei uma carta à DFSE, para conhecimento da CN, colocando os meus planos, orientados no sentido de proporcionar a Portugal um pleno aproveitamento político-diplomático da visita e que faria ruir por terra to-

da a propaganda indonésia e traria como resultado o trunfo jurídico (em nosso entender) necessário para que Portugal passasse a exercer de facto a sua capacidade de potência administrante que, pelo mandato da sua própria Constituição, deveria prosseguir o processo de descolonização.

O plano residia na mobilização macissa da população para manifestar pùblica e abertamente o seu repúdio à integração. Pedi à CN para que fizesse chegar aos Orgãos de Soberania portugueses as nossas opiniões no sentido de Portugal ceder tanto quanto possível nas condições que viesse a apresentar a Jacarta com vista a encorajá-la a aceitar ou, melhor dito, a impulsionar a realização da visita.

3. Os acontecimentos que ocorreram na China e no Leste Europeu mais nos encorajaram, por termos constatado quão sensível é a opinião pública internacional com relação às manifestações populares e uma situação similar em Timor-Leste, tendo em conta os condicionalismos que sempre rodearam o problema, seria como que o ponto de partida para forçar Jacarta a acatar as resoluções da ONU, ficando Portugal em posição de desempenhar as suas responsabilidades.

Também nos preocupou muito o que aconteceu na vinda do Papa e já pensávamos que não seria demasiado fácil à Indonesia manter o convite. Qual não foi o meu espanto quando li, num recorte d'O Liberal, que, para além dos acordos de fundo, Jacarta aceitara quase todas as condições impostas por Portugal e, surpreendentemente, o cessar-fogo. Nos inícios de Dezembro, as autoridades militares de ocupação (nangallas e Kodim) falavam à população sobre a eventualidade dessa visita, inclusive do cessar-fogo.

Vieram as manifestações de Janeiro e mais apreensivo fiquei; devo dizer que actualmente existe um clima de maior acalmia porque a organização clandestina compreendeu enfim o alcance que tinham os nossos apelos à calma e, se não fosse isso, Dili já se teria tornado num autêntico barril de pólvora. Neste momento, todos aguardam com excessiva ansiedade a vinda da DPP. Depois de Janeiro, havia já ameaças das autoridades ocupacionistas e dos seus lacaios à população em geral, dizendo que não consentiriam manifestações durante a visita da DPP e que, nessa altura, todos deveriam dar vivas à integração, que a Indonésia trouxe o progresso que Timor-Leste necessitava, etc. Pensei então que não se tinha modificado o propósito de deixar vir a DPP. Emulado com a notícia d'O Liberal, escrevi ao Dr. Quartin Santos, tido como um dos firmes defensores do direito do Povo Maubere à auto-determinação. Dei-lhe a saber pormenorizadamente os nossos projectos, confiante de que iria receber a sua concordância, já que fundamentalmente o que se pretendia era que Portugal aproveitasse os acontecimentos para promover uma pressão internacional, de acordo com as suas responsabilidades, forçando Jacarta a reconhecer a necessidade de iniciar o diálogo com vista a encontrar-se a solução mais justa para o tão arrastado problema, do qual o Povo Maubere foi a única vítima.

4. Segue, em pontos essenciais, o plano que enviei ao Dr. Quartin Santos (e, a propósito, é já do conhecimento de Jakarta... via Prel/NAp... Era minha intenção assegurá-lo na sua posição mas, afinal, é um verdadeiro catavento).

a - À chegada, os primeiros contactos deveriam ser com individualidades, por mim indicadas, para coordenação sobre as deslocações da DPP;

b - A DPP conheceria assim a direcção sugerida por nós e iria, no momento oportuno, ao ponto indicado onde se encontraria com a RA (resistência armada).

c - A RA promoveria levantamento macisso da população na Vila mais próxima:

- manifestação de repúdio à integração
- a população daria a conhecer todas as atrocidades de que foi vítima e inclusive se poderia fazer uma estatística fiel do morticínio que o ocupante impôs ao nosso Povo

d - Da vila A, RA + DPP, para a vila B e assim sucessivamente - o programa seria já por conta da RA/Povo Maubere.

e - Em momento oportuno, a DPP, RA e integrantes da comitiva, emitiriam comunicados ao exterior relatando os acontecimentos, enquanto

f - Os órgãos de soberania portugueses mobilizariam, junto das instâncias internacionais e da comunidade internacional, acções de apoio ao acto popular, com reflexo de referendum, dando-lhe um carácter de acto de auto-determinação.

g - O governo português apelaria à CVI para aumentar o pessoal de socorro, a fim de assistir os atingidos pela violência dos ocupantes e, ao mesmo tempo, reduzir ao mínimo, com a sua presença disseminada nos pontos mais nevrálgicos do território, as arbitrariedades indonésias.

h - O governo português e outras instâncias internacionais e a opinião pública fariam pressão sobre Jakarta para aceitar o veredicto popular e não utilizar represálias sobre a população indefesa.

i - Conseguido isso, um representante de Portugal permaneceria já em Timor-Leste, enquanto sob os auspícios da ONU decorreriam as conversações Portugal/Indonesia/Representantes timorenses.

5. O objectivo que se buscava era romper com a tão notória incapacidade de Portugal, no plano de actuação prática, colocando nas suas mãos o que "ardorosamente" se busca nas retóricas. Ultrapassar-se-ia o actual estádio em que se entrega aos diplomatas a capacidade e a engenhosidade para rebater a propaganda indonésia, já tão aprofundada. Ultrapassar-se-ia o quadro, tão profusamente recheado de tantas belas declarações, de "potência administrante" incapaz para uma situação de potência administrante de facto. Fazemos tudo: uma guerra de rsistência de 15 anos, morremos para Portugal ressalvar a

os erros e destruimos de uma vez para sempre as muralhas em que se acoitam os assassinos generais de Jacarta e seus acólitos do MNE.

6. Estava, de certa maneira, confiante de que, pelos esforços ultimamente registrados de Portugal, haveria anuência ao plano, pelo menos em seus traços gerais. Recebi a resposta do Dr. Quartin Santos... uma autêntica chuva de Maio em noites frigidíssimas no cimo de Matebian. Minha Carissima AMIGA, em noites dessas, queimamos os cobertores, queimamos as roupas, assamo-nos e continuamos rígidos de frio, com as rajadas de vento a fazer-nos voar os telhados das palhotas, a destruir-nos as paredes de capim... e ficamos à espera, numa eternidade inconsolável, do amanhecer...

Foi uma grande decepção, apesar do floreado retórico... sobre o direito à auto-determinação. Concordo ter ido longe demais nos seguintes pontos:

- pretender que o levantamento popular tenha o mesmo reflexo jurídico de um referendum que seria tomado como um "genuíno acto maubere de auto-determinação";

- na utilização de símbolos nacionais portugueses - era nossa intenção arrear o "merah-putih" e içar a "verde-rubra", pois pensávamos que era correcto proceder-se assim já que Timor-Leste, internacionalmente, está sob a administração portuguesa, administração que deveria estar no território para dar prosseguimento ao processo de descolonização.

7. A carta do Dr. Quartin Santos explana:

a - a posição portuguesa... desde sempre...

b - a óptica portuguesa acerca da auto-determinação que já inclui, "lògicamente, a integração na Indonésia, se ela for do desejo" do Povo Maubere (?);

c - Portugal não pode mobilizar a opinião pública e a comunidade internacional a aceitar a fórmula proposta porque ela é "insufuciente e inaceitável internacionalmente" e também porque não só está prevista em lei ou resoluções concernentes à questão, como não houve ainda antecedentes que pudessem ser invocados como referência e, portanto, já se calculam "os riscos" que adviriam;

d - é preocupação de Portugal dar uma "imagem de isenção e de procura efectiva e desapaixonada da realidade por parte da DPP", insinuando que o que propusemos retiraria um factor importante da visita e que é "a expontaneidade" da população na manifestação dos seus anseios e ainda que actos desta natureza porão em causa "a seriedade e credibilidade da visita";

e - Portugal não deseja que "a pretexto da visita" venha a haver represálias sobre a populacão e termina chamando-me a atenção de que o que "essencialmente está em jogo são os interesses e a vontade do Povo de Timor-Leste".

Francamente... minha Carissima AMIGA...Ali Alatas tem razão: a maioria está feliz e satisfeita com a integração!!!

8. Dado que Jacarta já conhece os meus planos, tudo fará para que a visita venha a ser "adiada indefinidamente se não se efectuar até Setembro" - Diário de Notícias - e ainda porque, segundo o Dr. Quartin Santos, "é ainda uma hipótese". Já lhe respondi a informar que desisto dos meus planos, adiantando ainda que estou interessado em discutir qualquer projecto de solução sem pré-condições, sob a prerrogativa sòmente de um cessar-fogo. Li, nesse recorte do DN que o Sr. MNE, João de Deus Pinheiro, já afirma que "dizer que só a independência é possível, não há outra alternativa, é uma atitude cómoda, mas que não ajuda os timorenses".

O IN está intensificando as suas operações para nos reduzir cada vez mais; nós teriamos respondido bem a isso, se nos pudêssemos remuniciar devidamente. A contra-guerrilha territorial retirou-nos a anterior capacidade de tomar iniciativas e cada vez que desperdiçamos uma bala, estamos a pensar nos anos que ainda virão. Enfim, estamos agora nesta situação,i.é, aceitámos estes moldes de luta, porque confiávamos que Portugal se compenetrasse verdadeiramente das suas responsabilidades e do facto de que viemos lutando desamparados... há demasiado tempo.

O IN está empenhado a repovoar as nossas zonas, com forte sistema de segurança e só não queimamos para impedir porque nos chamariam de bandidos. Além desse dispositivo, permanentes grupos de contra-guerrilha (permanentes porque se revezam constantemente, i.é., uns saem e outros entram para o descanso), apoiados por efectivos de 2 companhias no mínimo, por cada faixa, não param de nos provocar combates.

Quanto mais se arrasta esta questão da vinda, mais tempo o ocupante tem para, aparentemente, "ocupar" todo o território e quem não conhece os nossos métodos de luta fàcilmente é levado a concluir que não sobra espaço para a guerrilha.

9. Pela escassez do tempo e não sei quando a minha carta chegará às suas mãos, a opção que me apresenta torna-se inviável na medida em que já se justificou a escolha do período do Verão... por causa das "chuvas na Indonésia". Eu até pedira ao Dr. Quartin Santos que se atendesse ao "pequeno verão" - que decorre de 10 a fins de Abril - e ele disse-me que a data só seria assente, no fim das conversações, em princípio, entre Julho e Setembro... s_e os parlamentos dos dois países concordarem com os pontos do acordo. Julho já passou e em Agosto já não será. Resta esperar pelo Setembro, se é que não haja outro adiamento para o Verão do próximo ano e é pouco provável que o Dr. Quartin Santos considere o "pequeno verão", embora se tivesse mostrado surpreendido. Para nós, quanto mais cedo melhor... mas nem tudo correrá aos nossos desejos. Mais cedo, quanto mais não seja para impedir que o ocupante continue a praticar barbariedades e está a fazê-lo muito sub-reptìciamente - um dos responsáveis de grupo da organização estudantil, José Pinto Ribeiro Moniz, morador em Taibesse/Paiol (colonial), desapareceu em fins de Abril, depois de ter sido preso e torturado. O sistema agora consiste em prender,

torturar e soltar umas horas depois. Outro dia prendem, torturam e soltam e fazem-no tantas vezes quantas necessárias para intimidar a fim de extrair confissões. Isto também evita que a CVI, quando alertada por familiares ou amigos, vá encontrar os detidos na prisão e se são surpreendidos com uma visita inesperada do funcionário da CVI, porque já aprenderam com situações anteriores, os carrascos já têm um dispositivo tal que lhes permite que, enquanto uns entretêem o suíço, o detido é levado para longe, para outras casas onde menos se desconfia poder albergar os presos.

Se a DPP não aparecer em Setembro, a paciência dos patriotas das organizações clandestinas esgota-se e devo dizer que enfrentaremos, como sempre, as consequências da nossa reivindicação.

10. Quanto ao problema de regresso de Portugal. Também constituiu assunto na carta do Dr. Quartin Santos. Mas, minha Cara AMIGA, fico intrigado com a questão. Compreendi melhor com a sua carta, porém fica-me a boca com o sabor a... piripiri. Mas como pode ter tido a Indonésia sucesso, nesta fantasiosa propaganda, se Portugal é potência administrante? Como se pode comprreender a descolonização da riquíssima Angola, a 2 passos de Portugal, e ambições coloniais sobre o "transatlântico imóvel"? Como se pode conciliar a ausência de Portugal com o dever, tantas vezes anunciado e reconhecido pela ONU, de dar prosseguimento ao processo de descolonização? Se nós, que lutamos sòzinhos afirmando a todo o mundo que queremos a independência, exigimos que Portugal regresse para cumprir as suas obrigações, perante a comunidade internacional e perante nós, como é que o envolvimento de Portugal pode ser tomado como "vontade neocolonial de um país europeu, durante séculos colonizador"? Ou o processo de descolonização passará sem a presença de Portugal? Ou "os princípios, as regras e as condições" (palavras do Dr. Quartin Santos) dispensam uma presença temporal mínima, por parte de Portugal, no processo de descolonização? Neocolonial... porque Portugal "desejará" manter Timor-Leste como sua colónia? Porque Portugal "terá em vista" explorar econòmicamente Timor-Leste? E o que se diz dos países francófonos que bebem leite do biberão francês? Enfim, são das coisas que eu não entendo, minha Carissima AMIGA.

11. Quanto à sugestão Norte-Sul, eu julgo que uma aproximação com a CN dará mais resultado, não só porque estou incapaz de me "mexer" como, sobretudo, porque não possuo um conhecimento amplo do Sul. Mas acredite que tomo em muita consideração o assunto.

Tenho realmente vindo a ouvir sobre este confronto, mas sempre o situei apenas no campo económico e no nível meramente retórico. Até que seja um confronto real, em termos de radicalização de posições, julgo que vamos assistir a um esmorecimento puro e simples. Vejamos, por exemplo, a Liga Árabe na sua inoperância política, determinada pela dependência económica e um outro exemplo flagrante é a problemática da Dívida Externa. Muito se falou, se gritou, se agiu e se reuniu... para tudo se resumir na obediência escrupulosa ao FMI e ao BM. Eu creio ainda que, para além ou, melhor dito, não retirando a contribuição doutros aspectos, mòrmente o político, a si-

tuação económica degradante no bloco leste é que determinou as mudanças. (Tome estas considerações no contexto que eu apresentei de mim mesmo, por favor.)

Hoje, a minha AMIGA abre-me perspectivas no campo político com vista a explorar as contradições existentes entre o Norte e o Sul. (Nunca fui bom aluno mas, nesta guerra, ouso dizer que me considero um bom aluno; sejam quais forem as circunstâncias e o rumo que esta Luta vier a tomar, não se esqueça, minha Cara AMIGA, que enquanto vivo não abandonarei a sugestão...)

De momento, a minha opinião é a que já expus acima, porque daqui das montanhas da nossa Pátria, eu não saberia exactamente qual porta devo bater, não falando dos PALOPS. Relacionado com o projecto do RER, adiantei a ideia de que a FRETILIN e a UDT deveriam conjugar os esforços para uma cobertura mais significativa em diversas regiões, nomeadamente a América Latina. Ao invés de tomarem a sugestão como expressão de um desejo, de uma intenção, a DFSE escreveu à FRETILIN, informando que se a OLP tem um orçamento de milhões de dólares americanos, a FRETILIN só tinha a determinação para suportar "sandes sem café"... Porque eles, aí fora, vêem melhor as coisas, eu estou impossibilitado de emitir opiniões neste sentido... é esta a situação confusa e triste entre nós, mas ultrapassa-la-emos de certeza.

Espero, entretanto, que me continue a ajudar com as suas cartas. Necessito tanto de aprender e isso só pode ser possível através de apoios como o que tão oportuna e generosamente me oferece.

12. Quanto a fotos, que pedia aos "Amigos", mandei já uns rolos para a DFSE e um ou outro para os nossos "Amigos" que já terão enviado. A propósito, ainda estou por saber do porque é que, no período de '84 a '87, enviámos tantos rolos e vir constatar que se está a utilizar aquilo que foi mandado em '83. Somos poucos os "entendidos" na profissão e do meu lado sempre me preocupei por tirar aos meus companheiros de armas, os verdadeiros heróis desta resistência, evitando na medida do possível... posar para o disparador automático.

Quanto à entrevista, aguardo que chegue. Lisonjeia-me o termo "Chefe de Estado" e, na minha pequenez e fragilidade, confesso que corei de vergonha. Carissimos AMIGOS, não mereço tão alta equiparação, sou apenas um combatente da Pátria, vosso companheiro da mesma trincheira, que só aspira a libertação do seu Povo. Já disse, por mais de uma vez, aos membros da DFSE, com quem tenho hoje relações polémicas por obra e graça deles, que, logo que finde a guerra e em vivendo até lá, arrumarei os meus papéis num canto da minha palhota e cuidarei de abóboras, porque eu próprio sei que tudo o que me cabe fazer, e foi com tantas dificuldades e não será com menos, só responde a este momento crítico da Pátria. E cumprirei, minha Carissima AMIGA: foi um juramento que fiz aos meus homens porque eles me exigiram que o fizesse, sob pena de trair os seus sacrifícios.

Hoje, tratam-me por "lider nacional"; não era o que eu buscava com o RER. Com a chamada "perestroika do Xanana", quis apenas situar o processo no contexto politico actual do movimento de resistência timorense. Nunca pretendi alcandorar-me por cima de toda a luta, exprimi tão sòmente as condiçoes internas em que lutamos. Muito menos foi minha intençao menoscabar a acção dos demais; procurei apenas, dentro do que nos foi possível perceber, apontar as incorrecçoes, as deficiências e as próprias dificuldades da Luta em busca de uma melhor clarificaçao politica do processo. Quero assim, meus Carissimos AMIGOS, fornecer-vos uma ideia mais correcta de mim mesmo, nesta outra luta não menos difícil que travo com as minhas limitaçoes. E, a propósito, dentro do espírito que desejamos dar aos nossos contactos agradeço que, para a próxima, me dê umas ideias sobre: auto-determinaçao e acto de auto-determinaçao, seus princípios, regras e condiçoes exigidas. Em Namíbia, realizou-se algum "acto de auto-determinaçao"? Porque é que se diz "auto-determinaçao e independência2?

Todos guardamos, no mais profundo do nosso ser, a vossa amizade e a vossa dedicaçao à causa maubere, largamente demonstradas na vossa acçao solidária. Para o povo português as saudaçoes do povo de Timor-Leste e da resistência armada e para todos os elementos da CDPM vai um forte abraço de todos nós.

Com muita estima,

Nas montanhas de Timor-Leste, 1 de Agosto de 1990.